
EDITORIAL

Este número, organizado pelo Núcleo de «Cidadania, género e infância em contextos educativos», do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE), procura cimentar a sua contribuição, estruturando os olhares de pesquisa em torno das questões de cidadania e direitos, vividas no campo educacional como forma de inclusão alargada. As questões de igualdade e diferença são preocupações centrais deste grupo de pesquisa, focadas na base de uma multirreferencialidade que tenha em conta relações de género, de etnia, de idade, de classe social, que atenda à construção de culturas infantis e juvenis, e se debruce sobre a construção social da masculinidade e da feminilidade, em contextos e processos educativos.

Nesta linha de orientações, a organização do número teve preocupações em dar visibilidade a pesquisas realizadas em projectos deste núcleo, mas simultaneamente em poder cruzá-las com outras pesquisas, de elaboração teórica-metodológica, por pesquisadores/as de reconhecido mérito, de outros centros, tanto nacionais como de outros países. Estrutura-se em torno de contribuições que resultam do encontro de colaborações várias, projectando linhas e enquadramentos de orientações que constroem os trabalhos de reflexão e pesquisa empírica neste núcleo. É assim um estímulo específico que as contribuições de Madeleine Arnot, Ana Sanchez, Guacira Louro, Carlos Estêvão, Manuel Jacinto Sarmiento, Natália Fernandes e Catarina Tomás trazem a este número, pois temos um diálogo já estruturado em anos de contacto e de trabalho científico conjunto.

Certamente que o eixo estruturante deste número são preocupações em torno de cidadania e justiça social nas formas como se corporizam nos contextos educativos e como questionam esses mesmos lugares, atravessando proces-

sos geradores de invisibilidade, desigualdade, de controlo social, e de novas formulações que dão conta das re-articulações e produções que a agência humana vai configurando, orientada frequentes vezes pela procura de maior igualdade, de justiça social, de reconhecimento das diferenças.

O artigo de **Madeleine Arnot**, escrito para celebrar os 25 anos da publicação da obra de Paul Willis *Learning to Labour* e que se tem constituído como obra de referência também nos estudos educacionais em Portugal, apresenta, de forma muito acutilante, três interpretações dessa obra, incluindo as leituras pós-estruturalistas, e desde já parece constituir-se como eixo central nas pesquisas em que a confrontação com as questões de produção cultural, de construção de identidades, de culturas de juventude e de género, particularmente no que diz respeito às masculinidades estão a ser trabalhadas. Será certamente um texto de referência nos vários níveis de formação, sobretudo ao nível das pós-graduações, pela forma analiticamente elaborada com que é produzida.

Justiça social é aí uma referência central, como também é no texto seguinte de **Carlos Estêvão**, onde se revêem os sentidos em torno de direitos, que denomina como «uma metanarrativa dos direitos humanos», tanto em perspectivas mais universalistas, como noutras em que a diferença ganha um terreno de centralidade, e outras ainda em que a articulação entre ambas é procurada e desenvolvida. São páginas de uma ampla revisão crítica e problematizadora e uma reflexão com um enfoque na educação na parte final, constituindo um contributo com impacto no campo.

Os dois artigos seguintes podem ter raízes comuns em torno do recurso à centralidade de cidadania. **Ana Sánchez Bello** aborda o tempo escolar numa perspectiva de género, tomando como pressupostos teóricos que a organização do tempo na sociedade actual «é consequência de séculos de domínio patriarcal», configurador do tempo social por relação com a esfera pública enquanto esfera de trabalho remunerado e visível, e na escola, na fragmentação do tempo, do conhecimento e do modo de trabalho pedagógico que constrange estudantes e professorado. Analisar o tempo, numa perspectiva de ampliação da cidadania e a sua representação no estado de bem-estar, apresenta-se como uma oportunidade excepcional para enfrentar a desigualdade no uso do tempo, sendo as mulheres as mais afectadas a partir da sua inclusão no trabalho na esfera pública.

No artigo de **Helena C. Araújo**, a centralidade de cidadania também está presente, pela revisão de perspectivas que desde o pensamento liberal até às elaborações feministas têm procurado encontrar nele formulações que permitam perceber a modernidade e suas promessas e, mais recentemente, ouvindo as críticas pós-estruturalistas, articulá-la aos debates sobre redistribuição, reconhecimento e participação.

No artigo de **Laura Fonseca**, a partir da problemática das transições femininas na escola à entrada no século XXI, focaliza-se o corpo e as sexualidades «como esferas de poder importantes quer para as questões da igualdade de género e da justiça social em educação, quer para a configuração de uma nova agenda de género em educação». As teorizações sobre o corpo provenientes das ciências sociais (neutras) e as produzidas pelas teorias feministas que se articulam com a educação escolar são estruturantes do artigo bem como os discursos e experiências das jovens em torno do *currículo do corpo* e das sexualidades na escola. O corpo é assim introduzido como objecto de pesquisa educacional, segundo uma perspectiva em que se examina como estão os *corpos* a ser *educados*, material e simbolicamente.

No artigo de **Cristina Rocha** e **Sofia Marques da Silva**, as autoras analisam os dados estatísticos relativos às entradas no ensino superior nos anos de 1997, 1998 e 1999, para detectar a efectiva presença de raparigas e de rapazes no ensino superior nos últimos anos do século XX. Trata-se de uma investigação eminentemente exploratória desenvolvida no âmbito de um projecto de investigação «A Autonomia das Raparigas e a Desafecção dos Rapazes da Escola?» (FCT). Se no final do século XX o aumento do número de raparigas no ensino superior e sua distribuição por todas as áreas de formação é inegável, a presença mais consistente das raparigas no ensino superior, na passagem do século XX para o século XXI, não deixa de ser problemática, sobretudo à entrada, contribuindo este artigo para desocultar alguns dos contornos do fenómeno.

O artigo «Políticas públicas e participação infantil» de **Manuel Sarmento**, **Natália Fernandes** e **Catarina Tomás** toma por objecto as crianças como categoria populacional geracional a partir da análise de vários projectos de intervenção e de investigação sobre a participação das crianças, confrontando o sentido das políticas públicas acerca da efectiva presença das crianças como destinatárias e como intérpretes da construção do espaço público. Participando

do esforço de renovação da teoria crítica pela «adopção de um olhar *cosmopolítico*, o artigo procura «desconstruir os pontos de vista assentes numa visão adultocêntrica em que se configurou tanta da ciência moderna da infância».

O texto escolhido para a secção de **Arquivo** foi o de **Guacira Louro** pelas características específicas que encerra. Para além dos desafios epistemológicos colocados pela perspectiva pós-estruturalista e que são enunciados no corpo do artigo, defende-se a sua afinidade heurística intrínseca com objectos de conhecimento, como identidades de género e sexualidades, que escapam, pela sua própria natureza «fragmentada, instável, histórica e plural», ao «pensamento binário e oposicional». Partindo do princípio que a linguagem que usamos reflecte e institui o nosso modo de conhecer, e recorrendo ao conceito de *epistème* de Foucault, a autora ensaia ainda neste artigo uma abordagem pós-estruturalista, historicizada, da identidade e da (homo)sexualidade.

Nos *Diálogos sobre o vivido*, **Eunice Macedo** apresenta trechos das discussões em grupo focalizadas, realizadas para o seu trabalho de dissertação, procurando enquadrá-las teoricamente, e **Laura Fonseca** tece comentários estimulantes sobre questões levantadas.

Duas resenhas completam este número. A primeira, sobre o livro de **Rosa Nunes**, apresentado na Bienal de S. Paulo e editado pela Editora Cortez, *Nada sobre nós sem nós: A centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Sousa Santos*, é comentada por dois textos de **Laborinho Lúcio** e **Luiza Cortesão**, textos que partiram da apresentação pública do livro.

A outra, elaborada por **Laura Fonseca** e **Helena C. Araújo** sobre o livro de **Stephen R. Stoer** e **António M. Magalhães**, *A Diferença Somos Nós*, das Edições Afrontamento, é simultaneamente uma resenha e uma homenagem específica a Stephen R. Stoer, a cujo pensamento voltamos constantemente, e a quem a Revista *Educação, Sociedade & Culturas* muito devem.

Helena C. Araújo e Cristina Rocha